



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

**RESOLUÇÃO CONSEPE/UNILAB Nº 413, DE 24 DE SETEMBRO DE 2025**

Aprova as diretrizes gerais e procedimentos internos para a criação, o credenciamento e a autorização de Programas de Residência em Saúde no âmbito da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab.

**O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA**, no uso das atribuições legais, em sua 31ª sessão ordinária, realizada no dia 24 de setembro de 2025, considerando o processo nº 23282.003466/2025-18,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar as diretrizes gerais e procedimentos internos para a criação, credenciamento e autorização de Programas de Residência em Saúde: Residência Médica e a Residência em Área Profissional da Saúde (Multiprofissional e Uniprofissional), no âmbito da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 30 de setembro de 2025.

**ROQUE DO NASCIMENTO ALBUQUERQUE**

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão



Documento assinado eletronicamente por **ROQUE DO NASCIMENTO ALBUQUERQUE, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**, em 25/09/2025, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1282979** e o código CRC **983A05E4**.

ANEXO À RESOLUÇÃO CONSEPE/UNILAB Nº 413, DE 24 DE SETEMBRO DE 2025 - CONSEPE

## **REGULAMENTO INTERNO PARA CRIAÇÃO, CREDENCIAMENTO E AUTORIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA EM SAÚDE**

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Com a finalidade de assegurar a formação qualificada de especialistas na área médica e em áreas profissionais da saúde, os Ministérios da Saúde e da Educação dispõem de ações de apoio técnico, financeiro e pedagógico para instituições que desejam oferecer Programas de Residência em Saúde, inclusive apoio e orientação na elaboração de projetos pedagógicos e condução de processos administrativos e regulatórios de criação e implementação de programas.

Art. 2º Os Programas de Residência em Saúde são concebidos como cursos de pós-graduação *lato sensu*, constituídos pela integração ensino-serviço-comunidade, visando favorecer a inserção qualificada de profissionais no mercado de trabalho e o aprofundamento do conhecimento científico, orientados pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS, a partir das necessidades e realidades locais, regionais e nacionais.

§ 1º Compreende-se como Programas de Residência em Saúde: Programas de Residência Médica - PRM e os Programas de Residência em Área Profissional da Saúde (Multiprofissional e Uniprofissional - PRAPS).

§ 2º Os Programas de Residência em Saúde devem adotar estrutura e funcionamento orientados por princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS e direcionados pelas necessidades, realidades e capacidades locais e regionais do SUS, com embasamento na legislação de referência vigente na área de saúde.

### **Seção I**

#### **Definições preliminares**

Art. 3º Os Programas de Residência Médica - PRM e os Programas de Residência em Área Profissional da Saúde (Multiprofissional e Uniprofissional) - PRAPS, são modalidades de curso de ensino de pós-graduação *lato sensu* com características próprias e especificidades em suas formas de organização, funcionamento e acompanhamento e, consequentemente seguem protocolos e procedimentos próprios para fins de institucionalização.

Art. 4º A Residência Médica constitui modalidade de ensino de pós-graduação *lato sensu*, destinada a profissionais de medicina, sob a forma de cursos de especialização, caracterizada por treinamento em serviço, funcionando sob a responsabilidade de instituições de saúde, universitárias ou não, sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional.

Parágrafo único. Os Programas de Residência Médica têm duração de 1 (um) a 5 (cinco) anos, variando de acordo com a especialidade ou área escolhida, com carga horária de 60 (sessenta) horas semanais.

Art. 5º A Residência em Área Profissional da Saúde (Multiprofissional e Uniprofissional) constitui modalidade de ensino de pós-graduação *lato sensu*, sob a forma de curso de especialização, caracterizado por ensino em serviço destinada às profissões da saúde (com exceção da área médica), de responsabilidade conjunta dos setores da educação e da saúde.

§ 1º Os Programas de Residência em Área Profissional da Saúde (Multiprofissional e Uniprofissional) devem ter duração mínima de 2 (dois) anos em regime de dedicação exclusiva, com carga horária de 60 (sessenta) horas semanais e oferecem formação prática e teórica em determinadas áreas da saúde.

§ 2º A Residência em Área Profissional da Saúde (Multiprofissional e Uniprofissional), deve ser construída em interface com as áreas temáticas que compõem as diferentes Câmaras Técnicas da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS, organizando-se em duas modalidades que se diferenciam pela quantidade de profissões abrangidas na proposta de formação, as modalidades uniprofissional e multiprofissional:

I - em curso de Residência Uniprofissional apenas uma profissão da área da saúde compõe o Programa;

II - o curso de Residência Multiprofissional é composto por, pelo menos, 3 (três) profissões de saúde.

§ 3º Os Programas de Residência em Área Profissional da Saúde (Multiprofissional e Uniprofissional) oferecidos, podem abranger as seguintes profissões da área da saúde:

I - biomedicina;

II - ciências biológicas;

III - educação física;

IV - enfermagem;

V - farmácia;

VI - fisioterapia;

VII - fonoaudiologia;

VIII - medicina veterinária;

IX - nutrição;

X - odontologia;

XI - psicologia;

XII - serviço social;

XIII - terapia ocupacional;

XIV - saúde coletiva;

XV - física médica.

## CAPÍTULO II

### DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA EM SAÚDE

#### Seção I

##### **Critérios e requisitos para criação de Programas de Residência em Saúde**

Art. 6º Os requisitos e exigências de cumprimento obrigatório para a criação e implementação de novos Programas de Residência Médica e de Residência em Área Profissional da Saúde

(uniprofissional e multiprofissional) são estabelecidos pelo Ministério da Saúde, pelo Ministério da Educação e por seus Conselhos, Secretarias, Comissões e órgãos competentes vinculados.

Art. 7º A aprovação de proposta de solicitação de abertura de Programa de Residência Médica ou de Residência em Área Profissional da Saúde (uniprofissional e multiprofissional) está associada a 2 (dois) atos constitutivos a saber: o credenciamento da instituição e a autorização de funcionamento do programa, ambos condicionados ao acompanhamento e supervisão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Unilab e sua Coordenação de Pós-Graduação.

§ 1º Os trâmites processuais de credenciamento institucional e de autorização de novo programa de Residência Médica ou de Residência em Área Profissional da Saúde (uniprofissional e multiprofissional), ocorrem de formas distintas e em sistemas específicos sob o acompanhamento de suas respectivas Comissões Nacionais, regionais e locais:

I - são Comissões de Programa de Residência Médica:

a) a Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM atua na mobilização de potenciais unidades de saúde para a criação de PRMs em consonância com as diretrizes das Comissões Estaduais e locais. Exerce as funções de regulação, supervisão e avaliação de Programas de Residência Médica e das instituições que os ofertem. É constituída por representantes das instâncias de educação e saúde do governo federal e de conselhos, federações e associações afins;

b) a Comissão Estadual de Residência Médica - CEREM é um órgão subordinado à CNRM com poder de decisão com relação aos assuntos de Residência Médica no Estado e deve promover a articulação entre a CNRM e as COREMEs locais;

c) a Comissão de Residência Médica – COREME é a instância local auxiliar da CNRM e da CEREM. Estabelecida em instituição de saúde que oferece PRM, trata-se de um órgão colegiado constituído por representantes, titulares e suplentes, do corpo docente dos programas de residência de instituições de saúde e dos médicos residentes por programa de residência médica, a saber:

1. um coordenador e um vice-coordenador;

2. um representante do corpo docente por PRM credenciado junto à CNRM;

3. um representante da instituição de saúde;

4. um representante dos médicos residentes por PRM. O coordenador da COREME deverá ser médico especialista integrante do corpo docente da instituição de saúde, com experiência na supervisão de médicos residentes e domínio da legislação de Residência Médica.

II - são Comissões de Programa de Residência em Área Profissional da Saúde (uniprofissional e multiprofissional):

a) a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS é uma instância colegiada de caráter consultivo e deliberativo, vinculada ao MEC. É responsável por regular, supervisionar e avaliar as instituições e os Programas de Residência em Área Profissional da Saúde. É composta por representações dos Ministérios da Saúde e da Educação, conselhos profissionais da área da saúde, representantes das universidades e hospitais e respectivas associações, e representante dos residentes, conforme normativas vigentes;

b) a Comissão Descentralizada Multiprofissional de Residência - Codemu: é uma instância auxiliar à CNRMS por unidade da Federação, para assuntos relacionados a Residência em Área Profissional da Saúde, modalidades uni e multiprofissional. É constituída por Diretoria Executiva e Plenário. A Diretoria é composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário eleitos pelo Plenário da Codemu. O plenário é composto por Coordenadores das Coremus das instituições que oferecem Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde autorizados pela CNRMS e representante dos residentes indicado pela Associação Nacional de Pós-Graduandos;

c) a Comissão de Residência Multiprofissional - Coremu, é uma instância colegiada deliberativa local, instalada nas instituições ofertantes dos programas regularmente credenciados pela CNRMS, que auxiliar à Codemu e à CNRMS, possui a seguinte composição:

1. um coordenador e seu substituto, que responderão pela comissão, escolhidos dentre os membros do corpo docente assistencial dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde da instituição proponente;
2. os coordenadores de todos os Programas de Residência em Área Profissional da Saúde da instituição proponente, assim como seus eventuais substitutos;
3. representante e suplente de Profissionais de Saúde Residentes de cada programa de Residência em Área Profissional da Saúde, escolhidos entre seus pares;
4. representante e suplente de tutores de cada programa de Residência em Área Profissional da Saúde, escolhidos entre seus pares;
5. representante e suplente de preceptores de cada programa de Residência em Área Profissional da Saúde, escolhidos entre seus pares;
6. representante do gestor local de saúde;
7. poderão compor a Coremu outras representações, a critério da instituição, definidas em seu regimento interno.

Art. 8º Quanto às condições estruturais da instituição para a oferta de programa de Residência em Saúde, faz parte dos requisitos mínimos a disponibilidade de serviços hospitalares básicos e de apoio com pessoal adequado, em número e qualificação, para fins de atendimento ininterrupto das necessidades e serviços hospitalares necessários aos pacientes e também aos requisitos mínimos do Programa, em conformidade com as normas específicas para cada área de atuação ou especialidade.

## **Seção II**

### **Submissão de proposta de Programa de Residência em Saúde**

Art. 9º Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação - MEC que desejam ofertar programa de Residência em Saúde, devem realizar o pedido de cadastramento de novo programa de Residência Médica ou de Residência em Área Profissional da Saúde (uniprofissional e multiprofissional), mediante submissão da proposta, cuja documentação será analisada pela CNRM ou pela CNRMS e demais comissões de apoio, conforme cada solicitação.

§ 1º A documentação necessária para a instrução processual do pedido de credenciamento da Instituição e de autorização para abertura de Programa de Residência em Saúde está indicada na legislação vigente e nas orientações constantes nos manuais disponibilizados pelo Ministério da Saúde. O pedido deve tramitar em plataforma específica para cada modalidade de residência:

I - o Sistema de Informação da Comissão Nacional de Residência Médica - SisCNRM é utilizado para o preenchimento dos dados referentes às propostas de autorização e reconhecimento e para o acompanhamento de processos referentes à Residência Médica;

II - o Sistema Nacional de Residências em Saúde - Sinar é utilizado para o protocolo das solicitações de credenciamento e autorização de Residência em Área Profissional da Saúde (uniprofissional e multiprofissional) e tem como objetivo apoiar o processo nacional de avaliação, supervisão e regulação dos PRAPS.

§ 2º A proposta de solicitação de abertura e funcionamento de Programas de Residência em Saúde deve ser protocolada pela Comissão local instalada na instituição proponente do Programa, conforme documentação e fluxo apresentados nos manuais de orientação.

§ 3º A autorização para o funcionamento e a oferta de vagas em Programas de Residência é resultante do processo regulatório e fica condicionada à supervisão das Comissões Nacionais de acompanhamento e avaliações periódicas para fins de renovação do ato autorizativo.

## **Seção III**

## Dos documentos e trâmites na Unilab

Art. 10. No âmbito da Unilab, a criação e implementação de Programas de Residência em Saúde, quer seja Residência Médica, quer seja Residência em Área Profissional da Saúde, terão necessariamente seus atos de criação/institucionalização e de aprovação dos seus documentos, o Projeto Pedagógicos e o Regimento, aprovados no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - Consepe.

§ 1º Compete à Unidade Acadêmica à qual o Programa de Residência ficará vinculado, a manifestação formal de interesse para criação de Programa de Residência, bem como a elaboração dos documentos, tramitação e acompanhamento de procedimentos e processo de sua institucionalização.

§ 2º A Unidade Acadêmica proponente indicará os membros da comissão responsável pela elaboração da Proposta Pedagógica e do Regimento do Programa e demais documentos inerentes à submissão da proposta para fins de cadastro junto aos órgãos competentes. A referida comissão será designada por meio de Portaria da Reitoria da Unilab após a indicação da Unidade Acadêmica.

§ 3º Será designado por meio de Portaria do Reitor da Unilab, mediante solicitação da Unidade Acadêmica responsável, o Apoiador Técnico Loco-Regional - ATLR que atuará no apoio técnico, administrativo e pedagógico envolvido na criação de Programas de Residência em Saúde, exercendo o papel de orientação e acompanhamento dos processos de credenciamento da instituição e autorização de programas.

Art. 11. Para fins de criação e implementação de novo Programa de Residência Médica, será instituída através de Portaria da Reitoria da Unilab a Comissão de Residência Médica – Coreme, responsável por planejar, coordenar, supervisionar e avaliar os Programas de Residência Médica da instituição e seus processos seletivos e ainda pela emissão dos certificados de conclusão de PRM, tendo por base o registro em sistema de informação da CNRM.

Art. 12. Para fins de criação e implementação de novo Programa de Residência em Área Profissional da Saúde (uniprofissional e multiprofissional), será instituída através de Portaria da Reitoria da Unilab a Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde - Coremu, instância colegiada deliberativa local que auxiliará à Codemu e à CNRMS responsável pela coordenação geral dos PRAPS oferecidos pela instituição.

Art. 13. Os Programas de Residência em Saúde no âmbito da Unilab são regulados pelas normas dos Ministérios da Educação e da Saúde, das comissões nacionais, regionais e locais e pelas unidades às quais cada programa está vinculado.

Art. 14. Poderão ser elaboradas Instruções Normativas e outros documentos orientadores no âmbito da Unilab, constando os fluxos processuais detalhados para cada modalidade de residência em saúde.

Art. 15. Os casos omissos serão discutidos e deliberados nas instâncias competentes.